

Questão 01 - Teoria Geral do Estado/Direito Constitucional

A modulação da eficácia temporal da decisão de inconstitucionalidade sobre a qual versa o art. 27 da Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, representa a concretização do princípio da:

Resposta:

- A** Máxima efetividade.
- B** Deliberação suficiente.
- C** Separação de poderes.
- D** Vedação do retrocesso.
- E** Proteção da confiança legítima.

Questão 02 - Teoria Geral do Estado/Direito Constitucional

Em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não pode ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental:

Resposta:

- A** Súmula vinculante.
- B** Edital de Ministério de Estado.
- C** Portaria de Departamento de Trânsito.
- D** Regimento Interno de Assembleia Legislativa.
- E** Omissão estrutural do Poder Público.

Questão 03 - Teoria Geral do Estado/Direito Constitucional

Não é considerada como atribuição do Conselho Nacional de Justiça:

Resposta:

- A** Receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados.
- B** Apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário.
- C** Rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há mais de um ano.
- D** Avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas.
- E** Elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no país e as atividades do próprio Conselho Nacional de Justiça.

Questão 04 - Teoria Geral do Estado/Direito Constitucional

Partido político com representação no Congresso Nacional propôs ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de medida liminar, em face de lei municipal que dispõe sobre medidas de enfrentamento à COVID-19. Nessa hipótese, o Supremo Tribunal Federal poderá:

Resposta:

- A** Extinguir o processo sem resolução de mérito.
- B** Apreciar o pedido de medida liminar.
- C** Conhecer da ação direta de inconstitucionalidade como arguição de descumprimento de

- preceito fundamental.
- D Julgar o mérito do processo objetivo.
- E Extinguir o processo com resolução de mérito.
-

Questão 05 - Teoria Geral do Estado/Direito Constitucional

Em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Presidente de Assembleia Legislativa de Estado:

Resposta:

- A Não pode ser reeleito.
- B Pode ser reeleito para um único período subsequente, desde que dentro da mesma legislatura.
- C Pode ser reeleito para um único período subsequente, desde que em outra legislatura.
- D Pode ser reeleito para um único período subsequente, independentemente de os mandatos consecutivos se referirem à mesma legislatura.
- E Pode ser reeleito para mais de um período subsequente.
-

Questão 06 - Teoria Geral do Estado/Direito Constitucional

Um projeto de lei que disponha sobre a estrutura da Procuradoria Geral do Estado no tocante aos órgãos de atuação perante o Poder Judiciário é de iniciativa:

Resposta:

- A Geral.
-

- B Reservada ao Procurador-Geral do Estado.
- C Reservada ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.
- D Reservada ao Governador do Estado.
- E Popular.
-

Questão 07 - Direito Civil

Nas obrigações divisíveis e indivisíveis:

A – Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação for divisível, cada um será obrigado pela dívida toda.

B – Havendo mais de um devedor ou mais de um credor em obrigação divisível, esta presume-se dividida em tantas obrigações, iguais e distintas, quantos os credores ou devedores.

C – Perde a qualidade de divisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.

D – A obrigação é divisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico.

E – Se um só dos credores receber a prestação por inteiro, a cada um dos outros assistirá o direito de exigir dele em dinheiro a parte que lhe caiba no total.

Diante do exposto, pode-se afirmar que:

Resposta:

- A As alternativas A e C estão corretas.
- B As alternativas B e E estão corretas.
- C As alternativas D e E estão corretas.
- D As alternativas A, B, e D estão corretas.
- E Nenhuma das alternativas está correta.

Questão 08 - Direito Civil

Constituem prazos de decadência:

A – O prazo para postular ação de anulação de negócio jurídico, fundado na ocorrência de coação.

B – O prazo para postular a pretensão de recebimento de prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.

C – O prazo para formular a pretensão do vencedor no sentido de cobrar do vencido o que despendeu em juízo.

D – O prazo para ajuizamento de ação redibitória ou ação *quantum minoris*.

E – O prazo para propositura de ação de anulação de compra e venda realizada por ascendente a descendente sem o consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante.

Diante do exposto, pode-se afirmar que:

Resposta:

- A As alternativas B e C estão incorretas.
- B As alternativas A, B e D estão incorretas.
- C As alternativas E e C estão corretas.
- D As alternativas B, D, e E estão incorretas.
- E Todas as alternativas estão incorretas.

Questão 09 - Direito Civil

Marque a alternativa **correta**.

Constitui imputação ao pagamento:

Resposta:

- A** Quando duas pessoas são, ao mesmo tempo, credor e devedor uma da outra.
 - B** Quando a mesma pessoa ostenta as qualidades de credor e devedor.
 - C** Quando, em virtude de obrigação nova, outro credor é substituído ao antigo.
 - D** Quando o credor consente em receber prestação diversa da que lhe é devida.
 - E** Quando a pessoa obrigada por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só credor, tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, se todos forem líquidos e vencidos.
-

Questão 10 - Direito Civil

Marque a alternativa **incorreta**.

Resposta:

- A** “Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.” Essa afirmativa retrata o instituto da *exceptio non adimpleti contractus*.
- B** “Se, depois de concluído o contrato, sobrevier a uma das partes contratantes diminuição em seu patrimônio capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou, pode a outra recusar-se à prestação que lhe incumbe até que aquela satisfaça a que lhe compete ou dê garantia bastante de satisfazê-la.” Essa afirmativa retrata o instituto da exceção de insegurança.
- C** A rescisão bilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente a permita, opera mediante denúncia notificada à outra parte.
- D** A cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito; a tácita depende de interpelação judicial.
- E** A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir

exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos.

Questão 11 - Direito Civil

Marque o **correto**.

A – Ocorre a aluvião quando, por força natural violenta, uma porção de terra se destaca de um prédio e se junta a outro.

B – Ocorre a avulsão quando são formados acréscimos, de forma sucessiva e imperceptível, por depósitos e aterros naturais ao longo das margens das correntes, ou pelo desvio das águas destas.

C – O terreno aluvial, que se formar em frente de prédios de proprietários diferentes, dividir-se-á entre eles, na proporção da testada de cada um sobre a antiga margem.

D – A acessão pode dar-se por formação de ilhas; por álveo abandonado.

E – Aquele que semeia, planta ou edifica em terreno próprio com sementes, plantas ou materiais alheios adquire a propriedade destes, mas fica obrigado a pagar-lhes o valor, além de responder por perdas e danos, se agiu de má-fé.

Diante do exposto, pode-se afirmar que:

Resposta:

A As alternativas A, B e C estão corretas.

B As alternativas C, D e E estão corretas.

C As alternativas A e B estão corretas.

D Apenas a alternativa E está correta.

E Todas as alternativas estão corretas.

Questão 12 - Direito Civil

Marque o **correto**.

A – Multipropriedade é o regime de condomínio em que cada um dos proprietários de um mesmo imóvel é titular de uma fração de terreno, à qual corresponde a faculdade de uso e gozo, com exclusividade, da totalidade do imóvel, a ser exercida pelos proprietários de forma alternada.

B – O imóvel objeto da multipropriedade é indivisível, se sujeitando a ação de divisão ou de extinção de condomínio.

C – O imóvel objeto da multipropriedade inclui as instalações, os equipamentos e o mobiliário destinados a seu uso e gozo.

D – Além das cláusulas que os multiproprietários decidirem estipular, a convenção de condomínio em multipropriedade determinará o regime aplicável em caso de perda ou destruição parcial ou total do imóvel, inclusive para efeitos de participação no risco ou no valor do seguro, da indenização ou da parte restante.

E – No condomínio em multipropriedade, cada fração de terreno é indivisível.

Diante do exposto, pode-se afirmar que:

Resposta:

- A As alternativas C e D estão corretas.
 - B As alternativas C, D e E estão corretas.
 - C As alternativas A e B estão corretas.
 - D Apenas a alternativa D está correta.
 - E Todas as alternativas estão corretas.
-

Questão 13 - Direito Processual Civil

Assinale a alternativa **correta**.

A sentença de usucapião de área rural proferida sem a citação de um dos confinantes é:

Resposta:

- (A) Rescindível.
 - (B) Nula.
 - (C) Anulável.
 - (D) Absolutamente ineficaz.
 - (E) Ineficaz em relação ao confinante não citado.
-

Questão 14 - Direito Processual Civil

Dos embargos de declaração, é **correto** dizer que:

Resposta:

- (A) Suspendem o prazo para a interposição de outros recursos.
 - (B) Ainda que não conhecidos, porque protelatórios, interrompem o prazo para a interposição do recurso especial.
 - (C) A interposição por uma das partes não interrompe o prazo para que a outra interponha, ela mesma, os próprios embargos.
 - (D) Podem ser interpostos sob a forma adesiva.
 - (E) Nenhuma das alternativas acima.
-

Questão 15 - Direito Processual Civil

Assinale a alternativa **falsa**.

Resposta:

- A A confissão tem natureza de negócio jurídico e, como tal, pressupõe a capacidade do confitente.
 - B Evidente o erro do confitente, pode o juiz reconhecer, nos próprios autos, a nulidade da confissão.
 - C A confissão por um dos litisconsortes unitários é ineficaz se feita sem adesão dos demais.
 - D Pode ser tido como divisível, quando à confissão do fato constitutivo for aduzido pelo confitente um fato novo a ele favorável.
 - E A ação para anular a confissão é personalíssima.
-

Questão 16 - Direito Processual Civil

As sentenças proferidas contra a União, Estados e Municípios:

Resposta:

- A Serão submetidas a duplo grau obrigatório sempre que ilíquidas.
 - B Serão submetidas a duplo grau obrigatório, ainda que meramente terminativas, sempre que a condenação de honorários for superior aos valores dispostos no artigo 496, § 3º, do CPC.
 - C Não serão submetidas a duplo grau obrigatório quando se tratar de ação de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público e julgada improcedente, por falta de previsão legal.
 - D Serão submetidas a duplo grau obrigatório, em se tratando de desapropriação, quando a condenação for superior ao valor ofertado pela Fazenda.
 - E Não serão submetidas a duplo grau obrigatório quando fundadas em súmula do tribunal a que está vinculado o magistrado.
-

Questão 17 - Direito Processual Civil

Sobre o pedido da Fazenda de redirecionar a execução fiscal contra os sócios de pessoa jurídica, é possível afirmar que:

Resposta:

- A O redirecionamento não pode ser requerido após a citação da sociedade, em obediência ao Princípio da Estabilização da Demanda.
- B A pessoa jurídica não tem legitimidade para recorrer da decisão que redireciona a execução.
- C Em havendo dissolução irregular da sociedade anterior à citação da pessoa jurídica, tem a Fazenda o prazo de cinco anos, a contar da propositura da ação, para postular o redirecionamento.
- D Deve ser precedido da substituição da CDA.
- E Pressupõe a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

Questão 18 - Direito Processual Civil

Da sentença e sua extensão a terceiros titulares de relações jurídicas dependentes daquela deduzida em juízo, é **correto** dizer:

Resposta:

- A Que não são os terceiros alcançados por seus efeitos.
- B Que os terceiros não podem ser prejudicados por seus efeitos.
- C Que a coisa julgada por ela formada não prejudica nem favorece terceiros.
- D Que os terceiros são alcançados por seus efeitos, sejam eles prejudiciais ou benéficos.

- (E) Que os terceiros são unicamente alcançados por seus efeitos benéficos.
-

Questão 19 - Direito Empresarial

A lei e a jurisprudência definem os elementos necessários a um título de crédito, para que seja considerado uma duplicata. Qual dos elementos abaixo não é essencial em uma duplicata?

Marque a resposta **CERTA**.

Resposta:

- (A) Data certa do vencimento ou a declaração de ser a duplicata à vista.
- (B) Nome e domicílio do vendedor e do comprador.
- (C) Importância a pagar, em algarismos e por extenso.
- (D) Modelo estabelecido pelo Banco Central, mesmo que conste a descrição da mercadoria e a respectiva fatura.
- (E) Declaração do reconhecimento de sua exatidão e da obrigação de pagá-la, a ser assinada pelo comprador, como aceite cambial.
-

Questão 20 - Direito Empresarial

A sociedade faturizadora DINHEIRO NA MÃO, pretendendo transferir o risco da operação de *factoring*, inseriu cláusula expressa de garantia da solvência do crédito no contrato com a empresa COMPRA FELIZ, que lhe cedeu os títulos no contexto do contrato de *factoring*.

Marque a resposta **CERTA**.

Resposta:

- (A) A empresa não responde pela insolvência dos créditos cedidos, sendo nula disposição contratual em sentido contrário.

- B A empresa não responde pela insolvência dos créditos cedidos, salvo disposição contratual em sentido contrário.
 - C A empresa responde pela insolvência dos créditos cedidos, sendo nula disposição contratual em sentido contrário.
 - D A empresa não responde pela insolvência dos créditos cedidos, salvo disposição contratual em sentido contrário.
 - E A empresa responde parcialmente pela insolvência dos créditos cedidos, sendo nula disposição contratual em sentido contrário.
-

Questão 21 - Direito Empresarial

A sociedade BOA VENDA tem obtido excelentes resultados em suas franquias, o que levou JOÃO a manifestar interesse em assinar contrato de franquia da BOA VENDA, que enviou à JOÃO o instrumento contratual de franquia. Este, embora não tenha assinado e restituído o documento àquela, colocou em prática os termos contratados, tendo recebido treinamento, utilizado a sua marca e instalado as franquias. Inclusive, pagou à franqueadora as contraprestações estabelecidas no contrato. Porém, posteriormente, alegou nulidade por vício formal do contrato de franquia por inobservância da forma que era prevista no art. 6º da revogada Lei nº 8.955/1994.

Marque a resposta CERTA.

Resposta:

- A A não observância da necessidade de assinatura prevista no art. 6º da revogada Lei nº 8.955/1994 gera nulidade absoluta insanável.
 - B O contrato de franquia não exige documento escrito em nenhum caso, portanto o contrato é válido.
 - C Não havendo contrato escrito assinado, os termos do contrato impresso e enviado não se aplicam, resolvendo-se a relação em perdas e danos.
 - D É válido o contrato de franquia, ainda que não assinado pelo franqueado, quando o comportamento das partes demonstra aceitação tácita.
 - E A validade do contrato de franquia está condicionada a seu registro em cartório.
-

Questão 22 - Direito Empresarial

Uma sociedade empresária dedicada à fabricação de calçados apresentou pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido. Constatou-se de seu plano de recuperação judicial proposto o pagamento dos credores trabalhistas no prazo de 1 (um) ano, a contar da concessão da recuperação. Ocorre que os credores trabalhistas exigem a decretação da falência, pois entendem que o prazo para pagamento dos credores trabalhistas deveria contar da data da distribuição do pedido de recuperação ou do deferimento do processamento, sendo certo que, em ambas as hipóteses, o prazo já teria se encerrado sem qualquer pagamento.

Marque a resposta CERTA.

Resposta:

- A** O termo inicial da contagem do prazo para pagamento dos credores trabalhistas no procedimento de recuperação judicial é a data da concessão.
- B** O termo inicial da contagem do prazo para pagamento dos credores trabalhistas no procedimento de recuperação judicial é a data da distribuição do pedido.
- C** O termo inicial da contagem do prazo para pagamento dos credores trabalhistas no procedimento de recuperação judicial é a data do deferimento do processamento.
- D** O termo inicial da contagem do prazo para pagamento dos credores trabalhistas no procedimento de recuperação judicial é a data livremente indicada no plano de recuperação.
- E** Não há prazo para pagamento dos credores trabalhistas no procedimento de recuperação judicial.

Questão 23 - Direito Empresarial

A sociedade TENTAR DE NOVO enfrentou dificuldades em seus negócios e necessitou pedir recuperação judicial. Um dos credores que demandava dívida ilíquida ao tempo da distribuição do pedido da TENTAR DE NOVO apresentou à habilitação título judicial formado posteriormente com a multa prevista no art. 523 do CPC perante o juízo empresarial em que tramita a ação de recuperação judicial, haja vista que a empresa não efetuou o pagamento após o trânsito em julgado no juízo cível.

Marque a resposta CERTA.

Resposta:

- A** Está correto o pedido formulado pelo credor, ante o não pagamento tempestivo no juízo cível.
- B** Está correto o pedido formulado pelo credor, ante o não pagamento tempestivo no juízo cível, sendo vedada somente a cobrança de honorários advocatícios.
- C** Não incide a multa prevista no art. 523 do CPC sobre crédito sujeito ao processo de recuperação judicial decorrente de ação que demandava quantia ilíquida.
- D** Não cabe habilitação de condenação que era ilíquida ao tempo da distribuição de recuperação judicial, devendo a dívida ser executada no juízo cível.
- E** Não cabe habilitação de condenação que era ilíquida ao tempo da distribuição de recuperação judicial, devendo a dívida ser executada no juízo cível, porém sem a incidência da multa do art. 523 do CPC.

Questão 24 - Direito Empresarial

JOÃO manifestou interesse em se retirar imotivadamente da sociedade limitada TRISTE FIM, que é regida supletivamente pelas normas relativas à sociedade anônima. Contudo, MÁRIO, seu sócio, alega que isso não é possível, haja vista que o Código Civil prevê que o sócio pode se retirar da sociedade de prazo indeterminado mediante simples notificação aos demais sócios, porém o art. 1.029 está inserido no capítulo relativo às sociedades simples e não se aplica às sociedades de natureza limitada.

Marque a resposta **CERTA**.

Resposta:

- A** A retirada imotivada de sócio de sociedade limitada depende de haver expressa previsão contratual nesse sentido.
- B** A retirada imotivada de sócio de sociedade limitada somente pode ocorrer judicialmente, pelo procedimento de dissolução de sociedade.

- C Não é possível a retirada imotivada de sócio de sociedade limitada.
 - D A retirada de sócio de sociedade limitada regida supletivamente pelas normas relativas à sociedade anônima deve observar a Lei das Sociedades Anônimas.
 - E É direito do sócio retirar-se imotivadamente de sociedade limitada regida supletivamente pelas normas relativas à sociedade anônima.
-

Questão 25 - Direito Penal

Sobre a pena privativa de liberdade, considere as seguintes premissas:

1. O reincidente condenado ao cumprimento de quatro anos de detenção deverá iniciar o cumprimento da pena em regime fechado.
2. O trabalho do preso sempre será remunerado.
3. O preso terá seus direitos políticos suspensos, não podendo votar ou se candidatar, independentemente de condenação definitiva.
4. O condenado à reclusão, em regime fechado, pela realização de conduta criminosa contra a Administração Pública, progredirá de regime prisional se reparar o dano causado ou devolver o produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais, mesmo que parceladamente.
5. O trabalho externo dos condenados à privação de liberdade somente poderá ser autorizado quando houver progressão para os regimes semiaberto ou aberto.

Diante do exposto, pode-se afirmar corretamente que:

Resposta:

- A As premissas 1 e 5 estão certas.
 - B As premissas 2, 3 e 5 estão certas.
 - C As premissas 2 e 4 estão certas.
 - D As premissas 1, 3, e 4 estão certas.
-

(E) Nenhuma das premissas está certa.

Questão 26 - Direito Penal

Assinale a **premissa verdadeira**.

Resposta:

- (A) Na hipótese de evasão do condenado, o novo prazo de cálculo da prescrição da pretensão executória considerará o tempo total da privação de liberdade aplicada na sentença condenatória, sendo irrelevante o tempo de cumprimento de pena.
- (B) A perempção é uma causa de extinção da punibilidade aplicável na ação penal exclusivamente privada.
- (C) Eventual questão prejudicial à existência do crime não tem o condão de suspender a fluência do prazo de cálculo da prescrição da pretensão punitiva.
- (D) A anistia ampla, geral e irrestrita, concedida pelo Presidente da República, extingue a punibilidade de todos os participantes da conduta delituosa.
- (E) O prazo de prescrição da pretensão punitiva nos crimes de falsificação de assentamento do registro civil deve ser contado do dia em que o registro foi lavrado em cartório.
-

Questão 27 - Direito Penal

TÁGIDES, funcionária da famosa padaria TEJO, estava muito preocupada com a infestação de ratos no estabelecimento e pediu autorização ao seu patrão, CAMÕES, para adquirir um poderoso veneno contra os roedores. Concedida a permissão, ela adquiriu o veneno, que passou a utilizar regularmente, mantendo controlada a população de ratazanas. Certo dia, estava atendendo ao balcão, quando MEQUETREFE solicitou uma “média com pão na chapa”.

Imediatamente, ela reconheceu que se tratava do homem que havia estuprado sua filha quando ela contava 12 anos de idade e que estava foragido havia mais de dez anos. TÁGIDES, revoltada com a inércia do Estado, coloca uma generosa porção do veneno para ratos no café com leite de MEQUETREFE. Logo após ingerir a bebida, o estuprador morre em razão do efeito do veneno.

Sobre o caso acima, **qual afirmação é verdadeira?**

Resposta:

- A** TÁGIDES deverá ser absolvida sumariamente porque agiu amparada por uma causa de exclusão da ilicitude de sua conduta. (art. 415 do CPP)
 - B** TÁGIDES responderá pelo homicídio duplamente qualificado, porque a motivação foi a vingança e o meio insidioso. (art. 121, § 2º, I e III, do CP)
 - C** TÁGIDES e CAMÕES serão responsabilizados pelo crime, porque se CAMÕES não tivesse autorizado a compra, o veneno não estaria disponível para ser usado naquele local. (art. 29 do CP)
 - D** TÁGIDES será processada por homicídio qualificado pelo uso do veneno, e privilegiado pelo relevante valor moral. (art. 121, §§ 1º e 2º, III, do CP)
 - E** TÁGIDES responderá somente pelo homicídio privilegiado, porque o veneno era o meio disponível naquele momento e o relevante valor moral prevalece. (art. 121, § 1º, do CP)
-

Questão 28 - Direito Penal

Premido pelo alto custo da energia elétrica, CAMÕES decidiu instalar no medidor da energia elétrica fornecida pela companhia estatal à sua famosa padaria um dispositivo eletrônico que reduz o valor medido pela metade. A fraude foi descoberta pela fiscalização estatal, e CAMÕES foi preso em flagrante delito.

Tipifique a conduta realizada por CAMÕES.

Resposta:

- A** Artigo 171, § 3º, do CP.
- B** Artigo 155, §§ 3º e 4º, do CP.
- C** Artigo 155, §§ 3º e 4º-B, do CP.

- D A conduta é atípica, porque a hipótese é de lavratura de TOI – Termo de Ocorrência de Irregularidade –, acarretando a devida cobrança cível do consumo não registrado.
- E Artigo 155, §§ 3º, 4º e 4º-B, do CP.
-

Questão 29 - Direito Penal

Sobre a “norma penal em branco”, pode-se afirmar que:

Resposta:

- A Seu complemento pode ser encontrado no próprio texto da lei que a contém, em outro texto legislativo emanado da mesma instância legislativa ou em outro texto legislativo emanado de outra instância legislativa.
- B Não pode ser utilizada no Direito Penal Brasileiro.
- C Seu complemento somente será válido se estiver no mesmo texto legislativo.
- D Somente pode ser utilizada no Direito Administrativo.
- E Seu complemento depende da interpretação feita pelo Poder Judiciário.
-

Questão 30 - Direito Penal

São requisitos para aplicação da pena em continuidade delitiva, **exceto**:

Resposta:

- A A pluralidade de condutas.
- B Serem os crimes da mesma espécie.
- C Presença do nexu objetivo de continuidade derivado do tempo, lugar e modo de execução.

- D Não se tratar de crime contra a vida ou integridade física das pessoas.
 - E Presença de qualquer outra condição objetiva que possa indicar homogeneidade das condutas.
-

Questão 31 - Direito Processual Penal

É **correto** afirmar:

Resposta:

- A É cabível o acordo de não persecução penal em todas as infrações penais cuja pena mínima cominada seja inferior a 04 anos.
 - B Dentre os requisitos para a homologação do acordo de não persecução penal, destaca-se a concordância da parte ofendida.
 - C Não cabe a propositura de acordo de não persecução penal na hipótese de crime de porte de arma de fogo de uso restrito cometido por guarda municipal.
 - D Cabe ao juiz, na hipótese de recusa por parte do Ministério Público e verificando a presença dos pressupostos legais, oferecer ao réu o benefício de não persecução penal.
 - E Somente a reincidência específica impede a propositura de acordo de não persecução penal.
-

Questão 32 - Direito Processual Penal

Pedro Tenório, Deputado Estadual, ao entrar em um restaurante na cidade de Petrópolis, onde mantém seu domicílio, encontrou Tobias, ex-namorado de sua mulher, com ele iniciando forte discussão motivada por ciúmes recíprocos. No calor dos acontecimentos, acreditando que Tobias lhe fosse desferir um soco, Pedro Tenório sacou uma arma de fogo e efetuou um disparo, atingindo o seu suposto agressor, sendo preso em flagrante delito por tentativa de homicídio. A prisão em flagrante foi logo convertida em preventiva. Tobias, por sua vez, foi imediatamente levado ao hospital local. Todavia, 15 dias após, não apresentando melhora no seu quadro de saúde, a família de Tobias resolveu transferi-lo para outro hospital, no Rio de Janeiro, dotado de

melhores recursos. Porém, durante o trajeto, que incluiu a passagem pelo Município de Duque de Caxias, Tobias veio a falecer. Pergunta-se: Qual é o Juízo competente para processar e julgar Pedro Tenório pela prática do crime de homicídio?

Resposta:

- A Tribunal do Júri da Comarca de Petrópolis.
 - B Tribunal do Júri da Comarca de Duque de Caxias.
 - C Tribunal do Júri da Comarca do Rio de Janeiro.
 - D Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
 - E Superior Tribunal de Justiça.
-

Questão 33 - Direito Processual Penal

Francesco Tomaso foi denunciado por crime de estelionato porque, após abrir uma revendedora de veículos importados de “fachada”, lesou inúmeros consumidores. No curso da ação penal, contudo, Francesco recebeu de herança de uma velha tia residente no Brasil alguns imóveis localizados na Barra da Tijuca. Imediatamente, colocou-os à venda, enquanto providenciava a mudança de toda a sua família para a Itália, onde pretendia se instalar em caráter definitivo, em endereço mantido em absoluto sigilo. As vítimas, contudo, após contratarem um escritório especializado, tomaram conhecimento desse patrimônio. Pergunta-se: qual é a medida adequada para a satisfação do dano *ex delicto*?

Resposta:

- A Busca e apreensão.
- B Sequestro.
- C Penhora.
- D Hipoteca legal.

—

E Penhor.

Questão 34 - Direito Processual Penal

João Manoel foi conduzido à Delegacia de Polícia por crime de desacato. Tendo assumido o compromisso de comparecer perante o JECRIM, não foi preso em flagrante. Designada audiência de proposta de transação penal, o autor do fato não foi localizado para ser intimado. Denunciado perante o Juizado, não foi encontrado para ser citado. Pergunta-se: como deverá o juiz proceder?

Resposta:

- A** Ordenar a citação por edital do autor do fato.
 - B** Decretar a prisão preventiva, para assegurar a aplicação da lei penal.
 - C** Decretar a revelia e nomear defensor dativo ao réu.
 - D** Declinar de sua competência em favor da Vara Criminal comum.
 - E** Determinar o arquivamento dos autos.
-

Questão 35 - Direito Processual Penal

João Canabrava e Manoel da Silva foram denunciados como incurso no artigo 157, parágrafo 2º, inciso II, do CP. Segundo a denúncia, os réus, simulando estarem armados, subtraíram da vítima o seu carro e dois mil reais em espécie, recém-sacados do banco. Ao longo da instrução criminal, contudo, a vítima declarou que, na realidade, um dos assaltantes encontrava-se armado com uma pistola cal. 45. Em razão do relato do ofendido, o juiz, ao proferir sentença e invocando o artigo 383 do Código de Processo Penal, acabou por condenar os acusados pela prática do delito previsto no artigo 157, § 2º, inciso II, e § 2º-A, inciso I, do CP a 08 anos de reclusão, além da pena de multa. O MP e Manoel da Silva não recorreram. João Canabrava, por sua vez, foi intimado da sentença em 13/09/21, manifestando o seu desejo de recorrer. E o advogado de João, intimado da sentença penal condenatória em 20/09/21, interpôs recurso de apelação em 01/10/21. Diante disso, é **correto** afirmar:

Resposta:

- A O recurso interposto pela defesa de João não pode ser recebido, por sua manifesta intempestividade.
 - B O recurso deve ser provido, com a consequente anulação da sentença de primeiro grau, para que o Ministério Público proceda à *mutatio libelli*.
 - C Eventual provimento ao recurso de João não afetará a situação penal do corréu Manoel, diante do trânsito em julgado da sua condenação.
 - D O recurso deve ser provido, com a consequente desclassificação da conduta para o crime de roubo majorado pelo concurso de agentes, estendendo-se tal decisão ao corréu Manoel.
 - E Diante do efeito devolutivo amplo do apelo defensivo, pode o Tribunal reconhecer em favor do corréu Manoel sua participação de menor importância no delito, com a consequente redução da pena.
-

Questão 36 - Direito Processual Penal

Em matéria de nulidade, é **correto** afirmar:

Resposta:

- A Eventual nulidade do auto de prisão em flagrante importará no trancimento da ação penal.
- B A nulidade em decorrência da incompetência *ratione materiae* está sujeita ao fenômeno da preclusão temporal.
- C Para a validade da intimação do advogado do acusado, basta que na publicação constem o número de sua inscrição na OAB e o número do processo.
- D É vedado ao órgão *ad quem* conhecer, em detrimento do réu, de nulidade não arguida no recurso da acusação.

- E** É válida a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação se tal fato chegar ao conhecimento do Juízo após a realização daquele ato.
-

Questão 37 - Direito do Consumidor

Maria, residente no Rio de Janeiro, compareceu a uma loja varejista altamente conhecida entre os consumidores para adquirir uma nova máquina de lavar roupas para sua residência. Após escolher o produto, solicitou que o pagamento fosse realizado mediante crediário, o que foi negado pelo comerciante em razão de a consumidora estar com seu nome negativado junto aos órgãos restritivos de crédito pela instituição financeira XYZ, muito embora Maria jamais tivesse tido qualquer conta ou produto do referido banco. Ao entrar em contato com o SAC da instituição financeira, foi-lhe informado que havia um débito em seu nome relativo a um empréstimo de R\$10.000,00, cuja quantia teria sido liberada e depositada em uma conta-corrente de uma agência localizada no Espírito Santo, estado esse com o qual a autora não tem nenhuma relação. Não obstante ter tentado explicar que jamais teria contratado o empréstimo em questão e que reside no Rio de Janeiro, o Banco XYZ teria se mostrado irredutível. Com base no caso concreto, assinale a alternativa que mais se encontra em consonância com o CDC e a jurisprudência do STJ.

Resposta:

- A** Maria não será considerada consumidora, tendo em vista que não tem relação jurídica com a instituição financeira e, por isso, terá que se valer das normas contratuais e relativas ao ato ilícito do Código Civil.
- B** A instituição financeira responderá civilmente pela negativação indevida do nome de Maria, ressalvado o caso de fraude, hipótese na qual a responsabilidade civil será afastada por fato do terceiro fraudador.
- C** Em eventual ação de responsabilidade civil, Maria terá que demonstrar a existência de negligência por parte da instituição financeira em relação à negativação indevida, considerando se tratar de responsabilidade subjetiva.
- D** Maria terá que ajuizar ação em face do comerciante pela negativa de crédito, tendo em vista que a inscrição nos órgãos protetivos de crédito seria indevida.
- E** A instituição financeira responderá de forma objetiva pela negativação indevida, tendo em vista que Maria será consumidora por equiparação e, por se tratar de fortuito interno, será cabível indenização por dano moral pela inscrição nos órgãos protetivos de crédito.

Questão 38 - Direito do Consumidor

João é professor de uma escola de ensino fundamental e médio, onde leciona diversas disciplinas. Em razão da pandemia, João precisou adquirir um novo computador para poder lecionar suas matérias, tendo em vista que o ensino passou a ser remoto, e as aulas, todas on-line. Depois de pesquisar sobre o melhor modelo, compareceu às LOJAS CANADENSES e adquiriu um novo notebook, da marca PINEAPPLE. Embora estivesse muito satisfeito com o aparelho, após uma semana de uso, o computador passou a desligar de tempos em tempos. Após mais alguns dias, o computador parou de funcionar completamente. Com base no caso concreto, assinale a alternativa **incorreta**, levando-se em consideração as disposições do CDC e a jurisprudência do STJ.

Resposta:

- A** Por se tratar de vício do produto, João poderá acionar judicialmente tanto o comerciante quanto o fabricante pelo vício do produto, considerando a solidariedade prevista no CDC.
- B** Por se tratar de vício do produto, João poderá acionar, extrajudicialmente, tanto as Lojas Canadenses quanto a fabricante Pineapple, tendo em vista a solidariedade entre os fornecedores.
- C** O caso retrata fato do produto, por vício de inadequação aos fins a que o produto se destina, e, por isso, João somente poderá demandar em face do fabricante, haja vista que este se encontra devidamente identificado.
- D** Diante do problema que recaiu sobre o computador e considerando a natureza do produto, João poderá pleitear a substituição imediata do produto, sendo desnecessário aguardar o prazo de resolução de 30 dias por parte do fornecedor.
- E** João terá o prazo de 90 dias para reclamar junto ao fornecedor acerca do vício do produto.

Questão 39 - Direito do Consumidor

Olivia contratou um plano de saúde conhecido como CEAP – plano de saúde de autogestão –, que tinha mensalidades compatíveis com a sua situação econômico-financeira. A contratação foi realizada no dia 19/10/2021, às 11 horas da manhã, sendo certo que Maria não tinha nenhuma

doença pré-existente da qual tivesse conhecimento. No dia 20/10/2021, quando estava caminhando pela rua, teve um mal súbito e foi encaminhada a um hospital conveniado da ré por populares que passavam perto do local onde Maria desmaiou, sendo o atendimento negado em virtude de cláusula que previa carência de 48 horas. Observando-se a jurisprudência do STJ, a legislação correlata aos planos de saúde e o CDC, assinale a alternativa **correta**.

Resposta:

- A** Maria terá que efetuar o pagamento das despesas hospitalares, tendo em vista a existência de cláusula contratual que prevê carência de 48 horas para atendimento de emergência.
- B** O caso retrata hipótese de fato do serviço, na forma do Código de Defesa do Consumidor, diante da negativa indevida de atendimento e, por isso, gera abalo de ordem moral nos termos do art. 6º, VI, do CDC.
- C** A hipótese consagra vício do serviço nos termos do art. 20 do CDC, tendo em vista que se caracteriza como serviço impróprio, uma vez que se mostrou inadequado para os fins que razoavelmente dele se esperava diante da boa-fé que deve reger as relações contratuais.
- D** A cláusula que estipula o prazo de carência de 48 horas é nula de pleno direito e não pode ensejar a recusa do atendimento pelo plano de saúde contratado.
- E** A recusa do atendimento é ilegítima e, portanto, Maria terá o prazo de 90 dias para ajuizar eventual demanda judicial em face do plano de saúde.

Questão 40 - Direito do Consumidor

Apolo tinha uma grave moléstia que atacava seu fígado, mas que era mantida sob controle em virtude do constante acompanhamento com médico especialista. Durante a pandemia da COVID-19, Apolo se sentiu mal e procurou um outro médico para avaliar seu caso momentâneo. Por entender que Apolo não tinha outras questões mais graves, o médico receitou um anti-inflamatório, cuja bula continha informações de possíveis reações adversas e a ocorrência de doenças graves ligadas ao fígado. Diante da utilização do medicamento, Apolo teve uma reação grave, levando-o a ser hospitalizado e encaminhado à cirurgia para tratamento da moléstia. Com base no caso concreto e nas disposições do CDC e da jurisprudência do STJ, é possível dizer que o laboratório, fornecedor do produto:

Resposta:

- A Não responde civilmente, pois o produto tem periculosidade inerente (medicamento), cujos riscos são normais à sua natureza e previsíveis, sendo certo que as informações acerca de reações adversas se encontravam informadas na bula.
 - B Responde objetivamente pela teoria do risco do empreendimento ou da atividade.
 - C Responde objetivamente, uma vez que o fornecedor gerou um fato do produto, colocando em risco a saúde do paciente.
 - D Responde objetivamente pelos riscos do produto, pelo simples fato de ter colocado produto perigoso no mercado de consumo.
 - E Responde subjetivamente, pois se trata de produto defeituoso e, por isso, o consumidor deverá comprovar a culpa do fornecedor.
-

Questão 41 - Língua Portuguesa

Quando escrevemos ou falamos, temos à nossa disposição uma série de diferentes possibilidades de escolha entre os elementos da língua, um conjunto de estruturas equivalentes, entre as quais fazemos a seleção da que nos pareça mais adequada ao ato comunicativo.

Abaixo apresentamos cinco modos distintos de reescrever a frase “*A arte é a mais bela das mentiras.*”. (Debussy)

1. Das mentiras, a mais bela é a arte.
2. Das mentiras, a arte é a de maior beleza.
3. A arte é a mais bela das enganações.
4. A arte, a mais bela das mentiras.
5. A arte é, das mentiras, a mais bela.

Dessas frases, apresenta(m) forma adequada e correta:

Resposta:

- A Todas as frases são adequadas e corretas.
 - B São adequadas e corretas as frases 1, 2 e 5.
 - C São adequadas e corretas as frases 1, 2, 3 e 4.
 - D São corretas e adequadas as frases 2, 4 e 5.
 - E São corretas e adequadas as frases 1, 2 e 4.
-

Questão 42 - Língua Portuguesa

Parônimos são vocábulos de formas semelhantes e de significados distintos; a frase abaixo que emprega adequadamente o parônimo em destaque é:

Resposta:

- A Felicidade é alguém para amar, algo para fazer e algo para *aspirar*.
 - B A erupção do vulcão anunciava uma tragédia *eminente*.
 - C O erro do edital precisava urgentemente de uma *ratificação*.
 - D O submarino *emergiu* para o fundo das águas da baía.
 - E As crianças do local estavam envolvidas com o *tráfego* de drogas.
-

Questão 43 - Língua Portuguesa

Um comediante americano disse certa vez que “O segredo de um bom sermão é ter um bom começo, um bom fim e ter ambos o mais perto possível.”.

Com essa frase, é dito ao leitor que a melhor qualidade de um sermão é:

Resposta:

- A Apresentar uma introdução compatível com o desenvolvimento.
 - B Mostrar uma conclusão que seja o resumo do conteúdo.
 - C Indicar claramente o roteiro do pensamento do pregador.
 - D Realizar com a maior brevidade possível a sua mensagem.
 - E Preocupar-se bem de perto com a clareza das ideias expostas.
-

Questão 44 - Língua Portuguesa

Em muitos casos, empregamos indistintamente as formas *que/o qual*; a frase abaixo, no entanto, em que o emprego de *o qual/a qual* é obrigatório é:

Resposta:

- A A verdade, a qual todos temiam, foi revelada ao final do dia.
 - B Não conferi o gabarito, o qual foi publicado logo após o exame.
 - C Não conhecia o local, ao qual devia dirigir-se.
 - D A página do livro, a qual estava rasgada, tinha marcas de óleo.
 - E A luz do lampião, o qual encantava os clientes, permanecia acesa.
-

Questão 45 - Língua Portuguesa

Observe a frase “*Vivemos em uma época perigosa. O homem domina a natureza antes que tenha aprendido a dominar a si mesmo.*” A forma “vivemos” refere-se ao pronome “nós”, que é identificado como:

Resposta:

- A O leitor e o autor do texto.
 - B Todos os leitores do texto.
 - C As pessoas que vivem hoje.
 - D Os autores dos textos em geral.
 - E Os cidadãos conscientes.
-

Questão 46 - Língua Portuguesa

Se transformarmos as orações sublinhadas abaixo em estruturas nominais, ou seja, se retirarmos as formas verbais e as substituírmos por um substantivo de valor semântico equivalente, a forma correta será:

Resposta:

- A Casamento é o único jogo de azar que a Igreja aprova / que tem a Igreja como prova.
 - B Só nos damos conta de que existe a água quando sentimos sede. / da existência da água.
 - C Milhares de velas podem ser acesas de uma única vela, e a vida da vela não será encurtada. Felicidade nunca diminui ao ser compartilhada. / após o seu compartilhamento.
 - D Justamente quando descobri o que a vida significava, eles a mudaram. / os signos representantes da vida.
 - E Apenas porque tudo é diferente não significa que algo mudou. / algo em mutação.
-

Questão 47 - Língua Portuguesa

Todas as frases abaixo são constituídas de dois períodos separados por um ponto; a opção em que a substituição do ponto por uma conjunção se faz de forma adequada é:

Resposta:

- A** Muitas pessoas querem mudar. Não porque elas vejam a luz, mas porque elas sentem o calor. / Muitas pessoas querem mudar; não, porém, porque elas vejam a luz, mas porque elas sentem o calor.
- B** Não tenho preconceitos. Odeio todo mundo igualmente. / Não tenho preconceitos embora odeie todo mundo igualmente.
- C** Adoro a humanidade. O que não suporto são as pessoas. / Adoro a humanidade, logo o que não suporto são as pessoas.
- D** Procura-se telepata. Você sabe como se inscrever. / Procura-se telepata, porque você sabe como se inscrever.
- E** Deve haver algo de bom na acupuntura. Você nunca vê porcos-espinhos doentes. / Deve haver algo de bom na acupuntura a fim de que você nunca veja porcos-espinhos doentes.

Questão 48 - Língua Portuguesa

A frase cuja pontuação está integralmente correta é:

Resposta:

- A** “Aquele que não tem tempo, para cuidar da saúde, terá que arranjar tempo para cuidar da doença.”
- B** “A sociedade é como o ar; necessário para respirar mas insuficiente para dele se viver.”
- C** “A civilização nasce com a ordem, cresce com a liberdade e morre do caos.”
- D** “Na luta contra o indivíduo a sociedade dispõe de três armas: a lei, a opinião pública e a

consciência.”

E “Existem duas maneiras de ser honesto: a segunda, é ilegal.”

Questão 49 - Língua Portuguesa

A frase abaixo que se estrutura a partir de uma antítese é:

Resposta:

A “Mente sã em corpo são.”

B “Tem gente que se acha honesta só porque não sabia da mamata.”

C “O que é difícil é ser puro como o arroio e grande como o rio.”

D “Você quer estar certo ou ser feliz?”

E “Desonestidade é o abandono da vantagem permanente por uma temporária.”

Questão 50 - Língua Portuguesa

Muitas expressões latinas são empregadas na linguagem jurídica: a expressão abaixo que tem seu significado adequadamente explicado é:

Resposta:

A *AB INTESTATO* – Sem deixar testemunho reconhecido em cartório.

B *AD ABSURDUM* – Levar uma argumentação ao absurdo.

C *AD REFERENDUM* – Transferir julgamento para data distante.

D *BONA FIDE* – Tentar enganar alguém em transação comercial.

E *CAUSA MORTIS* – Provocar a morte de alguém.
